

**IV SIMPÓSIO
LUSOBRASILEIRO DE
CARTOGRAFIA HISTÓRICA****IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica**

Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011

ISBN 978-972-8932-88-6

Lenora de Castro Barbo - lenorabarbo@gmail.comArquiteta e urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela
Universidade de BrasíliaPesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq Cartografia Histórica FAU /
UnB**Andrey Rosenthal Schlee**- andreyrosenthal@gmail.comDoutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo
Professor Adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de Brasília

Coordenador da Área de Arquitetura e Urbanismo e Design da CAPES
e Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq-2**CAMINHOS E CARTOGRAFIA.
ESTRADAS ANCESTRAIS NA CAPITANIA DE GOIÁS DO SÉCULO XIX****Resumo**

O objetivo principal desse artigo é reconstituir e descrever as redes de caminhos na Capitania de Goiás, no século XIX, com base na cartografia histórica, em área limítrofe ou nos limites de onde se localiza o atual Distrito Federal. Foram analisados os documentos cartográficos do século XIX encontrados que registraram estradas, rios, sítios, vilas e arraiais na Capitania, depois Província de Goiás. Considerando que alguns dos mapas selecionados foram encontrados em mais de uma fonte e como todas elas foram referenciadas, optamos por manter o nome do mapa designado por cada uma de suas fontes, assim como o autor e o ano a que é atribuído por essa mesma fonte. Dessa forma, documentos similares, às vezes, se apresentam com nomes diferentes, são atribuídos a autores distintos e em datas discrepantes, conforme a informação prestada pela fonte consultada. O recorte temporal dos documentos estudados se iniciou em 1819 e se encerrou em 1896, e compreendeu a análise de treze documentos cartográficos. A seriação dos mapas permite acompanhar a transformação do território e o estabelecimento de novos caminhos. Os itinerários assinalados cartograficamente confirmam que o Planalto Central era uma passagem importante de ligação entre o litoral e as minas de Goiás e Mato Grosso. Até os dias de hoje, podemos reconhecer diversos sítios e marcos naturais registrados, considerando que muitos ainda conservam a mesma toponímia.

Palavras-chave: Cartografia histórica; século XIX; Goiás.**Abstract**

The main objective of this paper is to reconstruct and describe the networks of roads in the province of Goiás, in the 19th century, based on historical cartography, on the edge or border area is located where the current Federal District. We analyzed the cartographic documents of the 19th century found that registered roads, rivers, farms, villages and hamlets in the province after province of Goiás. Whereas some of the maps selected were found in more than one source and how they all were referenced, we chose to keep the map name designated by each of its sources, as well as the author and the year that is assigned by the same source. Thus, similar documents sometimes present with different names, are assigned to different authors and conflicting dates, according to information provided by the source consulted. The time frame studied the

documents began in 1819 and ended in 1896, and included analysis of thirteen cartographic documents. The ranking of maps you can follow the transformation of the territory and the establishment of new ways. The routes marked cartographically confirm that the Central Plateau was an important passage linking the coast and the mines of Goiás and Mato Grosso. Even today, we can recognize different sites and natural land marks recorded, considering that many still hold the same place names.

Keywords: Historical cartography; 19th century; Goiás.

Introdução

Na primeira metade do século XVIII, a Capitania de São Paulo funcionava como entroncamento comercial entre as porções sul e o centro-oeste do Brasil. A partir da cidade de São Paulo, uma rede de caminhos irradiava-se em todas as direções. A cartografia do período demonstra a ampliação de tal rede em direção a Mato Grosso e Goiás. O trajeto para as minas do Mato Grosso era feito pelos rios Tietê e Paraná, ao passo que para Goiás era basicamente por terra. Inicialmente, a Capitania de Goiás era território pertencente à Capitania de São Paulo e quando ganhou autonomia, em 1748, abrangia os atuais territórios do Triângulo Mineiro, Tocantins, parte do Mato Grosso e Maranhão. A localização geográfica de Goiás em relação ao litoral brasileiro resultou no estabelecimento de um conjunto de estradas ancestrais e no desenvolvimento de um modo de vida particular, com a adoção de soluções para os problemas que lhes eram próprios, em geral, decorrentes do isolamento. O povoamento escasso do Planalto Central – que ocorreu simultaneamente ao do ciclo do ouro e, depois, ao do ciclo do gado – não favoreceu ao desenvolvimento de muitos núcleos urbanos. Durante muito tempo, toda a região consumiu e dependeu diretamente dos produtos oriundos de outras províncias. Alimentos, instrumentos e armamentos transportados em lombos de mula. Nos primeiros tempos, com muita cata de aluvião ocorrendo em pontos dispersos e distantes entre si, o abastecimento dependia inteiramente de tropeiros. As dificuldades de acesso a Vila Boa (atual cidade de Goiás), por exemplo, foram registradas por Saint-Hilaire quando afirmou ser unicamente a presença de ouro em suas terras o motivo de fundação da vila. Geralmente, para a passagem de mercadorias caminhos foram abertos – uns oficiais, outros não (para dar vazão ao intenso contrabando). Ao longo das estradas surgiam postos de descanso, onde se fazia algum comércio e, nos de maiores movimentos, foram se formando povoados. Ainda em 1819, eram poucas as opções de caminhos e partiam de Vila Boa quatro estradas principais: uma dirigia-se para o leste e depois para o sul, passando por Paracatu, através de Minas Gerais, até o Rio de Janeiro; outra seguia na direção do oeste, para a Província de Mato Grosso; uma terceira fazia ligação com São Paulo, na direção sul-sudeste; e, a quarta levava a todos os arraiais da Comarca do Norte de Goiás. Por água, a navegação em direção a São Paulo era difícil, em razão do grande número de cachoeiras e corredeiras dos rios Araguaia e Tocantins, como também havia muitas tribos indígenas que dificultavam a viagem, tentando impedir a passagem do homem branco. Pela ausência de tecnologia adequada para superar alguns obstáculos naturais, as estradas ancestrais nem sempre seguiram o trajeto mais curto, e ao longo do sinuoso traçado das antigas estradas cavaleiras ergueram-se os postos fiscais de controle de quatro tipos: registros do ouro, registros de entradas, registros da demarcação diamantina e as contagens.

Para a elaboração do presente estudo, foram analisados os documentos cartográficos do século XIX encontrados, que registraram estradas, rios, sítios, vilas e arraiais na Capitania, depois Província de Goiás, em área limítrofe ou nos limites de onde se localiza o atual Distrito Federal. Considerando que alguns dos

mapas selecionados foram identificados em mais de uma fonte e como todas elas foram referenciadas, optamos por manter o nome do mapa designado por cada uma de suas fontes, assim como o autor e o ano a que é atribuído por essa mesma fonte. Dessa forma, documentos similares, às vezes, se apresentam com nomes diferentes, são atribuídos a autores distintos e em datas discrepantes, conforme a informação prestada pela fonte consultada. O recorte temporal dos documentos estudados se iniciou em 1819 e se encerrou em 1896, e compreendeu a análise de treze documentos cartográficos. A seriação dos mapas permite acompanhar a transformação do território e o estabelecimento de novos caminhos. Os itinerários assinalados cartograficamente confirmam que o Planalto Central era uma passagem importante de ligação entre o litoral e as minas de Goiás e Mato Grosso. Até os dias de hoje, podemos reconhecer diversos sítios e marcos naturais registrados, considerando que muitos ainda conservam a mesma toponímia.

Mapa Geográfico da Capitania de Vila Boa de Goiás

O Mappa Geografico da Capitania de Villa boa de Goyas combinado com partes de Outros, que denotão as Capitánias de Minas Gerais e Maranhão mandado tirar pello Ilmo. e Exmo. Snr. Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da mesma Capitania, no anno de 1819 (Quadro 1, Documento 1) foi catalogado pela Biblioteca Nacional (2008) como de Delgado Freire e publicado em 1819.

Compreende a Capitania de Goiás e parte das capitanias de Minas Gerais e Maranhão; indica o percurso dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins, Paranaíba, Xingu, entre outros e a localização de tribos indígenas. Contém serras, cordilheiras, vilas, etc.

No documento, entre as trilhas e caminhos percorridos está assinalado o percurso da “Estrada da Bahia”, que chegava pelo extremo nordeste na área do atual Distrito Federal. No Mapa, na área que corresponde aos limites do DF, está assinalado apenas São João das Três Barras e, nas proximidades, estão registrados os arraiais de Santa Luzia e Meia Ponte, mas não o arraial de Couros. Entre os paralelos 16 e 17, foi assinalado o rio São Bartolomeu, que ainda hoje conserva o mesmo nome.

Mapa do Brasil

Nas duas fontes consultadas, Antonio Costa (2005:133) e Riedl-Dorn (1999:10) (Quadro 1, Documentos 2 e 3, respectivamente), da *Karte von Brasilien worauf die Reisen der osterreich Naturforfeher Dr. Pohl u. Johann Natterer angeziehnet sind*, não há informações sobre a autoria do mapa, nem da data em que foi confeccionado. Tudo leva a crer que tenha sido elaborado entre 1831 a 1834. Não poderia ser anterior a 1831, pois registrou a oitava expedição de Natterer¹, de junho de 1830 a agosto de 1831. E, por outro lado, não registrou as duas últimas expedições do naturalista: a nona, expedição de agosto de 1831 até 1834 e a décima, em 1835.

Antonio Costa (2005:133), ao se reportar ao documento, cita apenas o registro da expedição empreendida por Pohl², cerca de quatro anos, e não menciona Natterer. Já Riedl-Dorn (1999:10), a segunda

¹ O austríaco Johann Natterer, naturalista e zoólogo, chegou ao Brasil na Missão Científica Austríaca, e aqui trabalhou de 1817 a 1835.

² O austríaco Johann Emanuel Pohl, botânico, geólogo e médico, chegou ao Brasil na Missão Científica Austríaca, como parte da comitiva da princesa Leopoldina, prometida em casamento ao príncipe D. Pedro I, e aqui trabalhou de 1817 a 1821.

fonte consultada, não traz novas informações acerca do mapa, mas detalha as viagens de Natterer pelo interior do país.

A Carta registrou as expedições pelo país dos naturalistas austríacos Johann Pohl e Johann Natterer, representou o relevo e a rede hidrográfica e assinalou capitais e vilas. Dentre os documentos estudados, somente este e os dois mapas da Comissão Cruls de 1893 (Quadro 1, Documentos 13 e 14), reproduziram todo o território do Brasil e não apenas a Capitania de Goiás (com, no máximo, suas áreas limítrofes). Em função da área abrangida e da escala do mapa, poucos são os detalhes sobre a região do Planalto Central, não sendo possível perceber com clareza sequer os limites das Capitânicas de Goiás e de Minas Gerais.

O documento contém algumas imprecisões geográficas em relação aos outros mapas da mesma época, ao assinalar, por exemplo, entre 15° e 17° de latitude, que a cidade de Bom Fim (hoje Silvânia) estava mais ao norte do país do que a cidade de Goiás.

Curiosamente, no trajeto percorrido por Pohl foi apontado um sítio com o nome de “Barra”, pouco abaixo do paralelo 15°, ao que tudo indica nos limites do futuro Distrito Federal. Seria São João das Três Barras? Conforme registros históricos disponíveis dos dois naturalistas, Pohl foi o que mais se aproximou dos limites do atual DF, em seu ângulo sudoeste.

Carta da Província de Goiás de 1833

A Carte der Provinz Goyaz im Jahre 1777 aufgenommen Thomas de Souza, Major der Cavallerie berichtet nach eigenen Beobachtungen, Carten und Nachrichten von W. von Eschwege (Quadro 1, Documento 4), de autoria do Barão Eschwege, foi publicada na Alemanha, na Prancha III do livro *Pluto Brasiliensis*, em 1833.

A Carta foi elaborada com base na *Carta ou Plano Geographico da Capt^a. de Goyaz huma das do centro da America Meridional, do Reino de Portugal que mandou construir o Illm^o e Excllm^o Snr. José de Almada de Vasconcellos de Sovral e Carvalho Gov.or e Cap. Gen. da dita Capit.^a do Dia 26 de Julho de 1777 até Maio de 78, que a entregou*, conforme informado na legenda no canto superior direito do documento.

Assim como o documento de Tomas de Souza, a Carta do Barão reproduziu as fronteiras da Província de Goiás, os Julgados e a rede hidrográfica, assinalou a capital, os arraiais com freguesia, os arraiais sem freguesia, as aldeias e as estradas que cruzavam a região.

Em relação ao percurso dos caminhos podem ser constatadas algumas diferenças entre os dois mapas, mas na área correspondente ao atual DF, há similaridade na representação do itinerário da “Estrada da Bahia”, que atravessava o norte do território e seguia para Meia Ponte.

Wilhelm Ludwig von Eschwege trabalhou para a Corte Portuguesa no Brasil, de 1810 até 1821, tendo produzido importantes trabalhos para o fomento da mineração e da siderurgia. Elaborou diversos mapas, em especial da Capitania de Minas Gerais, e teve importante papel no desmembramento da Capitania de Goiás do Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro) e na sua anexação ao território de Minas, em 1816.

Carta Corográfica da Província de Goiás

A *Carta Corográfica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes* organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz para acompanhar os seus itinerários escritos em 1826 e publicados no ano de 1836 (Quadro 1, Documento 5) é apresentada no “Dossiê de Goiás” (IPHAN, 2000) como tendo sido produzida em 1825.

Por outro lado, tanto Antonio Costa, como a Biblioteca Nacional de Portugal, e a Fundação Biblioteca Nacional (Quadro 1, Documentos 6, 7 e 8, respectivamente) catalogam a Carta como sendo de 1836, a mesma data que consta no carimbo superior esquerdo do documento.

Antonio Costa (2007:242) traz a seguinte nota: “As marchas do General Cunha Mattos vão marcadas em linha unida. As outras Estradas vão em linha pontuada. Escala de 18 legoas em um grao. Lith. Archivo Militar 1875.” Afirma Costa que os documentos cartográficos produzidos no início do período imperial para algumas províncias constituíam apenas cópias não atualizadas de documentos do período colonial. Cita, como exemplo, esta Carta de Cunha Matos³, onde o território do Sertão da Farinha Podre, oficialmente denominado como Julgado do Desemboque e atualmente conhecido como Triângulo Mineiro, ainda aparecia fazendo parte de Goiás, apesar de ter sido produzido em 1826, logo após a independência, e o território ter passado a pertencer à Província de Minas Gerais em 1816, por determinação de D. João VI. Talvez não seja esse o melhor exemplo, uma vez que Cunha Matos no carimbo do documento deixou claro: *Carta Corográfica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes...*

Na Carta Corográfica de Goiás (Quadro 1, Documentos 5 a 8), Cunha Matos emendou em mais de três mil pontos diferentes os antigos mapas manuscritos da Província. O Governador das Armas não fez explorações por terras desertas, transitou apenas pelas estradas gerais de Goiás e demonstrou ter conhecimento dos escritos e descrições da região produzidos por outros viajantes, entre eles o Barão de Eschwege; Saint-Hilaire; Pohl; Natterer; e Spix e Martius.

Cunha Matos entrou em terras goianas no dia 28 de maio de 1823, veio pelo “caminho do correio de Goiás” que propiciava a mais direta comunicação entre os sertões do oeste de Minas e o norte de São Paulo com os antigos e os novos povoamentos agrícolas e pecuários, no sul e sudeste de Goiás.

A maioria dos nomes dos lugares e dos marcos naturais registrados, tanto nos itinerários assinalados na sua Carta, quanto em sua Corografia da Província de Goiás, se mantiveram até os dias de hoje: Ponte Alta, Guariroba, Rodeador, rio Torto, rio São Bartolomeu, rio Corumbá, São João das Três Barras, Sobradinho, ribeirão Sobradinho, Mestre d’Armas, etc.; não deixando dúvidas quanto ao fato das estradas reais que cruzavam o Planalto Central atravessarem a área correspondente ao atual DF (MATOS, 2004:311-312).

Os sítios inseridos nos limites do atual território do DF, ao longo da “Estrada da Bahia”, e assinalados na Carta elaborada por Cunha Matos, em 1836, eram: Sítio Novo, Mestre d’Armas, Sobradinho, São João e Rodeador. Esses nomes foram recorrentes nos relatos de cronistas e viajantes que o precederam: José da Costa Diogo, em 1734; o Barão de Mossâmedes, em 1773; e o Governador Cunha Menezes, em 1778; como também nos que o sucederam: Joaquim Jardim, em 1874; Varnhagen, em 1877; Oscar Leal, em 1889; e Cruis, em 1892.

³ O Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos foi Governador das Armas da Província de Goiás, tantos as militares quanto as civis.

Goiás

Goyaz Vcde de Villiers de L'Île-Adam. Gravado na Lithographia Imperial. Publicado no Rio de Janeiro por: Garnier Irmãos Livreiros. Rio de Janeiro. 1849, foi catalogado pela Fundação Biblioteca Nacional (2008) como de autoria do Visconde de Villiers de L'Île-Adam, de 1849 (Quadro 1, Documento 9).

Este documento cartográfico reproduziu as fronteiras da Província de Goiás com a Província de São Paulo, de Minas Gerais, do Piauí, do Maranhão, do Pará e do Mato Grosso. Dividiu a Província em quatro comarcas: de Santa Cruz, de Goiás, de Cavalcante e de Porto Imperial. Representou a rede hidrográfica da região e assinalou a capital, vilas, freguesias e povoados e marcou os caminhos com linhas pontilhadas.

Representados no mapa, três caminhos distintos se entroncavam em Meia Ponte, que, a partir daí, continuavam até a então capital Goiás e seguiam caminho para Cuiabá. A primeira estrada, mais ao sul, vinha de São Paulo, passava por Santa Cruz, Bonfim e chegava a Meia Ponte. A segunda, a sudeste, partia do Rio de Janeiro, passava por Arrendidos, Santa Luzia, Corumbá e Meia Ponte. A “Estrada da Bahia” chegava ao Distrito Federal pelo extremo nordeste.

A área onde se encontra o atual Distrito Federal, embora fosse cortada pela estrada que vem da Bahia, não tem o nome de nenhum sítio assinalado e, nas proximidades, registrou as vilas de Santa Luzia, Meia Ponte e Formosa.

Neste mapa (Quadro 1, Documento 9), assim como no *Mappa Geografico da Capitania de Villa boa de Goyas combinado com partes de Outros, que denotão as Capitancias de Minas Gerais e Maranhão mandado tirar pello Ilmo. e Exmo. Snr. Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da mesma Capitania, no anno de 1819* (Quadro 1, Documento 1), foi assinalado o rio São Bartolomeu.

Carta da Província de Goiás de 1875

A Carta da Provincia de Goyaz. Organizada em 1874 por ordem do Ministério d'Agricultura Commercio e Obras Públicas pelo Capitão d'Engenheiros Joaquim R. de M. Jardim, conforme as melhores cartas existentes e observações próprias. Redusida e gravada por C. Lomelino de Carvalho. Rio de Janeiro, 1875 (Quadro 1, Documento 10), foi catalogada pela Fundação Biblioteca Nacional (2008). Segundo informações do engenheiro Joaquim Jardim, em texto no documento cartográfico, a Carta foi executada para satisfazer as exigências do “Avizo Circular do Ministério d'Agricultura nº 4”, de 22 de dezembro de 1873.

O documento registrou a Província de Goiás e seus limites com as Províncias de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia, do Piauí, do Maranhão, do Pará e do Mato Grosso. É bastante detalhado quanto à representação dos rios e seus afluentes, serras, cidades, vilas e arraiais.

No lado direito, há um “Quadro Estatístico das Povoações da Província”, distribuídas em dezesseis Comarcas. Na região correspondente ao atual DF e áreas limítrofes, foi citada a cidade de Meia Ponte e o arraial de Corumbá como parte da Comarca do Rio Maranhão e a cidade de Santa Luzia e a vila Formosa de Imperatriz subordinadas à Comarca de Imperatriz. Houve, ainda, referência ao arraial de Mestre d'Armas como um dos sete Julgados de Paz da Província.

A Carta da Província de Goyaz representou em linhas pontilhadas o itinerário de diversos caminhos que cruzavam a Província, assinalando cada um dos sítios ao longo do percurso. A “Estrada da

Bahia”, apontada nos limites do atual DF, entrava a partir de Formosa de Imperatriz, seguia até Mestre D’Armas e cortava o território no sentido nordeste para sudoeste, descendo para Santa Luzia.

Carta do sul de Goiás e triângulo mineiro

A *Carta do sul de Goyaz e triangulo mineiro por Oscár Leal segundo as cartas existentes e observações próprias* (Quadro 1, Documento 11), anexa ao livro “Viagem às terras goyanas (Brazil Central)” (LEAL, 1980:257), é de 1889.

O documento cartográfico, sem escala nem legenda, representou o relevo e a rede hidrográfica da região, bem como, a capital do estado de Goiás, cidades, vilas e povoados.

Diferentemente da maioria dos documentos estudados, a Carta de Oscar Leal (1980:257) não registrou o trajeto das estradas existentes à época, nem mesmo o percurso de suas viagens pelo interior do país, em 1889. Na região correspondente ao atual DF indicou a presença apenas da Vila do Mestre d’Armas.

Em suas anotações, Leal demonstrou ter conhecimento sobre diversos trabalhos produzidos por outros viajantes que igualmente andaram por Goiás, como Saint-Hilaire, em 1819; Cunha Matos, em 1823; Couto Magalhães, em 1823 e Virgílio de Mello Franco, de 1876 a 1878.

Embora Oscar Leal (1980) não faça referências em seu livro a Joaquim Jardim, é possível aferir que o mapa do Capitão d’Engenheiros, de 1874/1875 (Quadro 1, Documento 10) tenha sido a principal base para o mapa produzido por Leal.

Uma rápida comparação entre os dois permite constatar a similaridade na configuração dos mesmos, seja na representação das serras, dos rios, da grafia utilizada, da abreviatura de palavras ou do tipo de letra. Apenas pequenas alterações são percebidas nas áreas limítrofes ao atual Distrito Federal, em relação à grafia dos nomes de alguns sítios. Na Carta de Leal, Meia Ponte foi assinalada como Perynopolis, Formosa da Imperatriz como Formosa e Santa Luzia como Luziânia.

Mapa Cartográfico do Quadrilátero Cruls

O *Mapa Cartográfico do Quadrilátero Cruls* (Quadro 1, Documento 12), documento sob a guarda do Arquivo Público do DF, é parte integrante dos diários de Hastimphilo de Moura, escritos durante a Expedição da Comissão Cruls no Planalto Central, em 1892. Durante sete meses de viagem, Moura (19--) escreveu diários com o relato das atividades da Comissão Cruls⁴.

No segundo diário, em sua primeira folha, desenhou o Quadrilátero Cruls, à mão, com a marcação do trajeto da picada que partia de Mestre d’Armas, em direção ao sudoeste, até chegar a Santa Luzia, o mesmo itinerário registrado na *Carta da Província de Goiás de 1875* (Quadro 1, Documento 10).

Este mapa colorido (Quadro 1, Documento 12), sem escala, registrou os locais visitados, rios e lagoas. Em seus diários de campo, Moura nos permite acompanhar o itinerário percorrido pela equipe de demarcação no território do DF, visto serem familiares os nomes e as referências que utilizou. O reconhecimento da região se dá principalmente pela toponímia, que se mantém desde o século XVIII em diversos lugares do Planalto Central, como é possível perceber:

⁴ O diário de Hastimphilo de Moura é composto de seis cadernetas, sendo que apenas duas foram objeto de um trabalho de transcrição paleográfica e digitalização pelo Arquivo Público do DF.

Em 24 (sábado). Permanecemos hoje ainda aqui (Papuda) para irmos ao rio São Bartholomeu e ao Gama (seu affluent). A fazenda é de belo aspecto e agradável, mas os seus donos (Juca Meireles e irmão) é que muito deixaram a dezojar (...) Em 25 (domingo). De Rajadinha para cá temos atravessado regiões belíssimas e oferecendo muitas vantagens para serem convertidas em centros povoados e hoje vimos locais que optimamente se prestão para a edificação de cidades belas. (MOURA, 19--)

Mapa do Brasil, indicando a posição da zona demarcada para o futuro DF

O *Mappa do Brazil, indicando a posição da Zona demarcada para o futuro Districto Federal. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, 1983* (Quadro 1, Documento 13), publicado no relatório da Missão Cruls (1957:45), em preto e branco, na escala de 1:10.000.000, indicou pela primeira vez a posição da zona demarcada para o futuro DF, o chamado “Quadrilátero Cruls”.

De 1892 até 1895, Luiz Cruls chefiou as primeiras expedições científicas no Planalto Central organizadas especificamente para estudar, identificar, demarcar e executar procedimentos ligados à transferência da Capital, tendo detalhado os itinerários de trabalho de sua equipe na área correspondente aos limites do atual DF e áreas limítrofes.

No Relatório Cruls (1947) foram poucas as citações referentes aos pousos e fazendas visitados pelos membros da Expedição, embora os mapas produzidos ao longo dos trabalhos confirmem que a Comissão encontrou a região do atual DF ocupada por fazendas.

Pela toponímia desses locais e dos marcos naturais levantados podemos reconhecer diversos lugares ainda hoje existentes: Formosa, Mestre d'Armas, rio Saia Velha, rio Torto, rio Sobradinho, Lagoa Feia, rio Maranhão, Três Barras, Sobradinho, Rajadinha, Papuda, Samambaia, Ponte Alta, etc.

A base cartográfica produzida pela equipe da Missão Cruls, bastante detalhada e precisa, serviu como referência para os estudos desenvolvidos por todas as comissões e grupos de trabalhos que a sucederam no levantamento de dados sobre o Planalto Central, até a mudança da Capital, cerca de setenta anos depois.

Mapa do Brasil, mostrando a posição do Distrito Federal

O *Mappa do Brazil, mostrando a posição do Districto Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão* (Quadro 1, Documento 14), de 1893, do acervo da autora, assim como o *Mappa do Brazil, indicando a posição da Zona demarcada para o futuro Districto Federal. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, 1983* (Quadro 1, Documento 13), apontou a posição do Quadrilátero Cruls, mas este foi além ao registrar os principais caminhamentos levantados pela Comissão.

Esses caminhamentos reproduzem três caminhos distintos que se entroncavam em Meia Ponte e, unificados, continuavam até Vila Boa de Goiás, de lá seguindo rumo a Cuiabá. A primeira estrada, mais ao sul, vinha de São Paulo, passava por Santa Cruz, Bonfim e chegava a Meia Ponte. A segunda, a sudeste, partia do Rio de Janeiro, passava por Paracatu, Arrependidos, Santa Luzia, Ponte Alta – no ângulo sudoeste do DF, Santo Antonio dos Montes Claros (atual Santo Antonio do Descoberto), Macacos, Corumbá e, depois, Meia Ponte. A “Estrada da Bahia” entrava no DF pelo extremo nordeste – Couros; cortava a região da Vila do Mestre

d'Armas; seguia por Sobradinho; passava por São João das Três Barras; pela Chapada da Contagem; até sair, a oeste, ao encontro de Meia Ponte.

Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil

O *Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenópolis, Santa Luzia e Formosa* (Quadro 1, Documento 15) foi produzido por Antonio Pimentel (1985:5), membro da Missão Cruls, em 1894.

Este mapa colorido, na escala de 1:500.000, registrou distintamente, conforme legenda, altitudes expressas em metros, itinerários, rios e lagoas inseridos no Quadrilátero Cruls. Nele é possível identificar com clareza os três principais percursos dos viajantes, ao cruzar o território do atual DF, nos séculos XVIII e XIX.

A “Estrada Real”⁵ ou “Estrada da Bahia” entrava no DF a leste, por Formosa, seguia até a Vila do Mestre d'Armas, em Planaltina, atravessava Sobradinho, depois a Chapada da Contagem, até sair, a oeste, pela Região de Brazlândia, rumo a Pirenópolis.

Existiam também duas picadas que levavam a Santa Luzia, hoje Luziânia. A primeira, na altura da Vila do Mestre d'Armas, descia para sudoeste, atravessando o ribeirão Pipiripau, ribeirão Sobradinho, rio Paranaua, ribeirão Taboca, ribeirão Papuda, rio Mesquita, rio Saia Velha, até encontrar Santa Luzia. A outra, na altura do pouso do Chico Costa, porção oeste do Distrito Federal, região de Brazlândia, descia a sudeste, cortando o rio Jatobá, rio das Pedras, ribeirão Guariroba, rio Ponte Alta, rio Alagado, ribeirão Paiva, rio Santa Maria, para também chegar a Santa Luzia.

O documento (Quadro 1, Documento 15) também registrou o Chapadão do Visconde do Porto Seguro⁶ e indicou a presença de poucos assentamentos humanos e fazendas na região. No trajeto da “Estrada da Bahia” foram citados a Vila do Mestre d'Armas, Sobradinho, Fazenda da Contagem e pouso do Chico Costa. Ao longo da picada que descia a sudoeste, além da Vila do Mestre d'Armas só foram nomeados o pouso Barreiros, nas margens do ribeirão S. Anna e o Arraial do Mesquita. Na outra picada, constou apenas o pouso do Chico Costa.

Isso não significa a inexistência de outras fazendas dentro da área pesquisada, a se considerar que outro documento produzido pela Missão Cruls, em 1895, de autoria de Henrique Morize (Quadro 1, Documento 17), nomeou quantidade considerável de fazendas.

A toponímia dos sítios e acidentes naturais assinalados, bem como o Esboço confeccionado, confirma, novamente, que muitos dos viajantes que se aventuraram pelo Planalto Central, nos séculos XVIII e XIX, percorreram a “Estrada Real” que cortava ao norte o território do atual DF. Assim foi com José da Costa Diogo, em 1734; o Barão de Mossâmedes, em 1773; e o Governador Cunha Menezes, em 1778.

Mapa dos itinerários levantados

O *Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil* (Quadro 1, Documento 16), do acervo da autora, foi produzido em 1895.

⁵ Segundo Bertran, era Estrada Real por ser legalizada, por dispor de postos fiscais para arrecadação dos impostos reais.

⁶ Assim denominado pela Comissão Cruls em homenagem ao historiador Varnhagen, hoje Chapadão do Pipiripau.

O documento cartográfico, em escala de 1:1.000.000, colorido, indicou no Planalto Central o Quadrilátero Cruls e, conforme legenda, a capital do estado de Goiás; cidades; vilas e povoados; jazidas de ouro, diamante e ferro; a rede hidrográfica e os itinerários que cortavam a região.

Os itinerários tinham como seus pontos extremos as cidades de Uberaba e Goiás e a Chapada dos Veadeiros. Com base na cartografia produzida, é possível reconhecer os três principais caminhos dos viajantes dos séculos XVIII e XIX, nos limites do DF.

Dois desses percursos cruzavam o território do DF e se encontravam em Santa Luzia, hoje Luziânia. Um itinerário partia da Vila do Mestre d'Armas e descia a sudoeste e o outro, saindo do pouso Chico Costa descia rumo ao sul.

O principal percurso era a "Estrada da Bahia", que cortava a região em sua porção norte: vinha de Formosa, a leste do DF, seguia até a Vila do Mestre d'Armas, em Planaltina, passava por Sobradinho, Chapada da Contagem até sair a oeste, pelo pouso do Chico Costa.

Esse trajeto foi o mesmo percorrido por José da Costa Diogo, em 1734; foi explorado pelo Barão de Mossâmedes, em 1773, e depois assinalado por Tomas de Souza, no Mapa dos Julgados da Capitania de Goiás, em 1778; foi o caminho trilhado pelo Governador Cunha Menezes em sua jornada no Planalto Central, em 1778; e, ainda, foi um dos itinerários registrados, em 1856, pelo Brigadeiro Cunha Matos.

Planta do Distrito Federal

A Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895 (Quadro 1, Documento 17), publicada no relatório da Comissão Cruls (1947:361A), foi finalizada por Henrique Morize, em 1896.

Esse documento cartográfico, em preto e branco, na escala de 1:250.000, compilou as informações de todos os membros da Comissão. Além de detalhar toda a rede hidrográfica, também identificou quarenta e nove fazendas, pousos ou arraiais, confirmando, mais uma vez, que a região era toda ocupada por fazendas.

No perímetro do atual DF, foram expressamente citados quinze sítios: Fazenda Desterro, Chico Costa, Fazenda Glória, Fazenda Boa Vista, Fazenda Ten. Camello, Fazenda da Papuda, Benedito Cabeça, Fazenda Sobradinho, Fazenda Rajadinha, Fazenda da Vargem, Fazenda Jardim, Arraial Buriti Vermelho, Fazenda Lagoinha, Fazenda Fartura e Vila do Mestre d'Armas.

O fato dos nomes de diversos sítios e acidentes naturais citados terem se repetido ao longo dos relatos de diferentes cronistas, que exploraram o Planalto Central em épocas distintas, reforça, mais uma vez, a veracidade dos caminhos registrados por esses viajantes.

Destacam-se também no mapa os itinerários dos três percursos que cortavam a área do atual DF, da mesma forma como registrado em outros dois documentos produzidos ao longo dos trabalhos da Missão Cruls: o *Esboço da zona de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa*, de 1894, e o *Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil*, de 1895 (Quadro 1, Documentos 15 e 16

respectivamente).

Considerações finais

Do material levantado para o desenvolvimento da pesquisa ficou a comprovação da existência de um “corpus iconográfico” do DF e a localização de vários “caminhos”, assinalados em diversos documentos cartográficos históricos. A seriação dos mapas permite acompanhar a transformação do território e o estabelecimento de novos caminhos. Os itinerários descritos nos documentos estudados nos deixam a certeza que o Planalto Central, nos limites do atual DF, era uma passagem importante de ligação entre o litoral e as minas de Goiás e Mato Grosso. Pela toponímia dos sítios e marcos naturais levantados, podemos reconhecer diversos lugares ainda hoje existentes: Formosa, Mestre d’Armas, Ponte Alta, Sobradinho, Lagoa Feia, rio Maranhão, rio São Bartolomeu, Gama, Contagem, Rodeador, etc. Esta pesquisa pretende contribuir para a construção de uma base cartográfica histórica que reúna o maior número possível de referências sobre a região do planalto central, no século XIX, ampliando e disponibilizando informações a pesquisadores e instituições que se interessem por esse tema.

Referências bibliográficas

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás: 1863. Brasília: Sudeco; Goiânia: Governo de Goiás, 1979.

ARQUIVO PÚBLICO DO DF – ArPDF. Documentos da Missão Cruls. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal.

BARBO, Lenora de Castro. A aplicação do geoprocessamento na reabilitação das Estradas Coloniais do Planalto Central nos limites do atual Distrito Federal. Monografia (Especialização em Reabilitação Ambiental, Sustentável, Arquitetônica e Urbanística). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2009.

BARBO, Lenora de Castro. Preexistências de Brasília. Reconstruir o território para construir a memória. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2010.

BARBO, Lenora de Castro; SCHLEE, Andrey Rosenthal. A Cartografia Histórica e os Caminhos de Ocupação do atual DF. In: III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2009, Ouro Preto. Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Passado & Presente para o Futuro. Belo Horizonte: CRCH:UFMG, 2009. v. 1.

BARBO, Lenora de Castro; SCHLEE, Andrey Rosenthal. As estradas coloniais na Cartografia Setecentista da Capitania de Goiás. In: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2010, Paraty. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Passado presente nos velhos mapas: conhecimento e poder. Belo Horizonte: CRCH:UFMG, 2010. v. 1.

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – PURL.PT. Coleções Digitalizadas. Cartografia. Disponível em:

<<http://purl.pt/3432/1/P1.html>>. Acesso em: 26 agosto 2009.

COSTA, Antonio Gilberto (Org.). Os caminhos do ouro e a Estrada Real. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

COSTA, Antonio Gilberto (Org.). Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CRULS, Luiz. Planalto Central do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957. (Coleção Documentos Brasileiros, 91).

_____. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. (Brasiliana, v. 258).

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Pluto Brasiliensis. Berlin: G. Reimer, 1833. Prancha III.

FRANCO, Virgílio Martins de Melo. Viagens pelo interior de Minas Geraes e Goyaz. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogos, Cartografia. Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/>>. Acesso em: 28 janeiro 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN; FUNDAÇÃO CULTURAL PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA – FUNPEL. Dossiê de Goiás. Goiânia, 2000.

LEAL, Oscar. Viagem às terras goyanas (Brazil Central). Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1980. (Coleção Documentos Goianos, 4).

MATOS, Raimundo José da Cunha. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. Goiânia: Sudeco, Gráfica Editora Líder, 1979.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás, e dos roteiros desta província às do Mato Grosso e São Paulo. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.

MARTINELLI, Marcello. Mapas de geografia e cartografia temática. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, Hastimphilo de. Diário de Hastimphilo de Moura: 1892. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, [19--].

OLIVEIRA, Cêurio de. Dicionário cartográfico. 2. ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil. 2. ed. fac-similada. Brasília: Thesaurus, 1985.

POHL, Johann Emanuel. Viagem no interior do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 14).


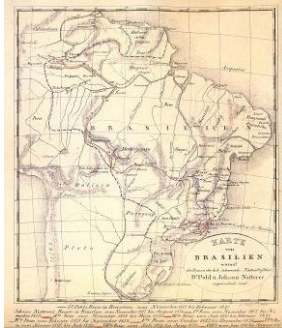
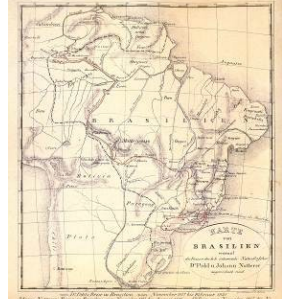
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRAZILEIRO. Roteiros das distâncias de Villa Bella ao arraial de Meia Ponte, e d'este até a cidade da Bahia, cidade do Rio de Janeiro e Villa de Santos. Rio de Janeiro: Kraus Reprint, v. 20, segundo trimestre, p. 288-293, 1857. Tomo XX.


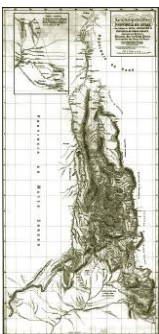

RIEDL-DORN, Christa. Johann Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil. Tradução de Mario P. C. R. Ladders e Maria Faro. Petrópolis: Editora Index, 1999.




SAINT-HILAIRE, August. Viagem à Província de Goiás. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, 8).


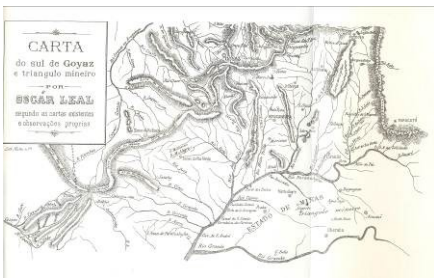

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. A questão da Capital: marítima ou no interior?. Ed. fac-similada. Brasília: Thesaurus, 1978.




Quadro 1 - Documentos cartográficos do século XIX analisados e comparados

DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XIX						
01	<i>Mappa Geografico da Capitania de Villa boa de Goyas combinado com partes de Outros, que denotão as Capitancias de Minas Gerais e Maranhão mandado tirar pello Ilmo. e Exmo. Snr. Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da mesma Capitania, no anno de 1819</i>		1819	Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da Capitania de Goyas	Fundação Biblioteca Nacional. http://catalogos.bn.br/	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1990. Acervo de Marco Antônio Galvão.
02	<i>Karte von Brasilien worauf die Reisen der osterreich Naturforfeher Dr. Pohl u. Johann Natterer angezciehnet sind</i>		s/i	s/i	COSTA, Antonio Gilberto (org.). <i>Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005. p.133.	Copyright Kapa Editorial
03	<i>Karte von Brasilien worauf die Reisen der osterreich Naturforfeher Dr. Pohl u. Johann Natterer angezciehnet sind</i>		1831	s/i	RIEDL-DORN, Christa. <i>Johann Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil</i> . Tradução de Mario P. C. R. Ladders e Maria Faro. Série dirigida e organizada por Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares. Petrópolis: Editora Index, 1999. p. 10.	s/i

DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL
Século XIX					
04		1833	Barão de Eschwege, com base no mapa de 1777 de Thomas de Souza Sarg.to Mor do Regim.to de Cavallaria.	ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Pluto Brasiliensis. Berlin: G. Reimer, 1833. Prancha III.	CepDoc do Exército. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1991. Acervo de Marco Antônio Galvão.
05		1825	Raimundo José da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional & FUNPEL – Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira. <i>Dossiê de Goiás</i> . Goiânia, 2000.	CEDOC / Exército – Brasília. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1990. Acervo de Marco Antônio Galvão.
06		1836	Brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz	COSTA, Antonio Gilberto Costa (org.). <i>Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.173.	Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro.

DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XIX						
07	<i>Carta corográfica da provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e desemboque da provincia de Minas Geraes</i>		1836	Raimundo Jozé da Cunha Mattos	Biblioteca Nacional de Portugal - PURL.PT http://purl.pt/3432/1/P1.html	Biblioteca Nacional de Portugal - PURL.PT
08	<i>Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Provincia de Minas Geraes</i>		1836	Raimundo José da Cunha Mattos	Fundação Biblioteca Nacional. http://catalogos.bn.br/	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1990. Acervo de Marco Antônio Galvão.
09	<i>Goyaz. Vcde de Villiers de L'Ille-Adam. Gravado na Lithographia Imperial. Publicado no Rio de Janeiro por: Garnier Irmãos Livreiros. Rio de Janeiro. 1849</i>		1849	Visconde de Villiers de L'Ille Adam. Publicado por Garnier Irmãos Livreiros, Rio de Janeiro, 1849.	Fundação Biblioteca Nacional. http://catalogos.bn.br/	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1990. Acervo de Marco Antônio Galvão.

DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL
Século XIX					
10	<p><i>Carta da Provincia de Goyaz. Organizada em 1874 por ordem do Ministerio d'Agricultura Commercio e Obras Publicas, pelo Capitão d'Engenheiros Joaquim R. de M. Jardim, conforme as melhores cartas existentes e observações proprias. Rio de Janeiro, 1875</i></p> 	1875	Capitão d'Engenheiros Joaquim R. de M. Jardim	Fundação Biblioteca Nacional. http://catalogos.bn.br/ . Coleção Paulo Bertran.	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1989. Acervo de Marco Antônio Galvão.
11	<p><i>Carta do sul de Goyaz e triangulo mineiro por Oscár Leal segundo as cartas existentes e observações próprias</i></p> 	1892	Oscar Leal	LEAL, Oscár. <i>Viagem as Terras Goyanas (Brazil Central)</i> . Coleção "Documentos Goianos", 4. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1980. p. 257.	s/i
12	<p><i>Mapa Cartográfico do Quadrilátero Cruls</i></p> 	1892	Hastimphilo de Moura	MOURA, Hastimphilo. <i>Diário de Hastimphilo de Moura</i> . Arquivo Público do Distrito Federal.	Arquivo Público do Distrito Federal.

DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XIX						
13	<i>Mappa do Brazil, indicando a posição da Zona demarcada para o futuro Districto Federal, Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, 1893</i>		1893	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil	CRULS, Luiz. <i>Planalto Central do Brasil</i> . 3ª Ed. Coleção Documentos Brasileiros, 91. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957. p. 44-45.	s/i
14	<i>Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão</i>		1893	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil. Acervo da autora.	s/i
15	<i>Esboço da zona de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e</i>		1894	Antonio Martins de Azevedo Pimentel	PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. <i>A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil</i> . 2. ed. fac-similada. Brasília: Thesaurus, 1985. p.	s/i

	Formosa				5.	
DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XIX						
16	<i>Mapa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil</i>		1895	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Acervo da autora.	s/i
17	<i>Planta do Distrito Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895</i>		1896	Henrique Morize	CRULS, Luiz. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Brasileira, vol. 258. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. p. 361A.	s/i ⁷

⁷ s/i – sem informação